

JOSÉ ANTÓNIO DE JESUS MARTINS

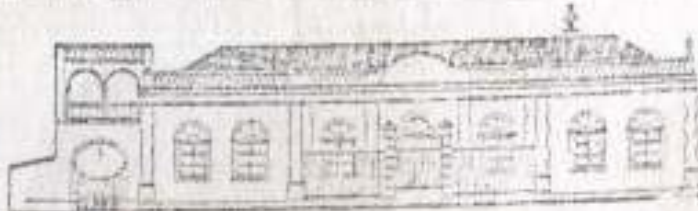


# **A FEIRA DE FARO FEIRA DE SANTA IRIA**

*(Subsídios para a sua história)*

FARO

1985



Casa da Cultura António Bente  
S. Bras de Alportel

**Biblioteca** 3-4

Inv. N.º 2890

C. IV

JOSÉ ANTÓNIO DE JESUS MARTINS

# A FEIRA DE FARO FEIRA DE SANTA IRIA

*(Subsídios para a sua história)*

*Para a Casa do Algarve  
com os melhores cumprimentos,*



FARO

1985



JOSE ANTONIO DE LEZIO MARTINS

A FEIRA DE FARO  
FEIRA DE SANTA IRIA  
(Subsidio para a sua historia)

Separata de «O ALGARVE»

Composto e impresso na Gráfica Almondina  
2351 TORRES NOVAS Codex

Depósito Legal N.º 9 740/85

FARO  
1985



## NOTA INTRODUTÓRIA

**José António de Jesus Martins nasceu a 13/4/61 e é natural de Olhão. Após a conclusão do Ensino Secundário em Faro, ingressa no Ensino Superior em 1981, sendo licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa.**

Este trabalho de investigação foi desenvolvido no âmbito do curso de Licenciatura em História, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do professor Doutor António José de Almeida, tendo sido apresentado em 1985. O autor agradece ao professor Doutor António José de Almeida a sua orientação e ao professor Doutor António José de Almeida a sua orientação e ao professor Doutor António José de Almeida a sua orientação.

Tudo isto foi feito no âmbito do curso de Licenciatura em História, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do professor Doutor António José de Almeida, tendo sido apresentado em 1985.

Desde o início da investigação, o autor agradece ao professor Doutor António José de Almeida a sua orientação e ao professor Doutor António José de Almeida a sua orientação.

O AUTOR

## NOTA INTRODUTÓRIA

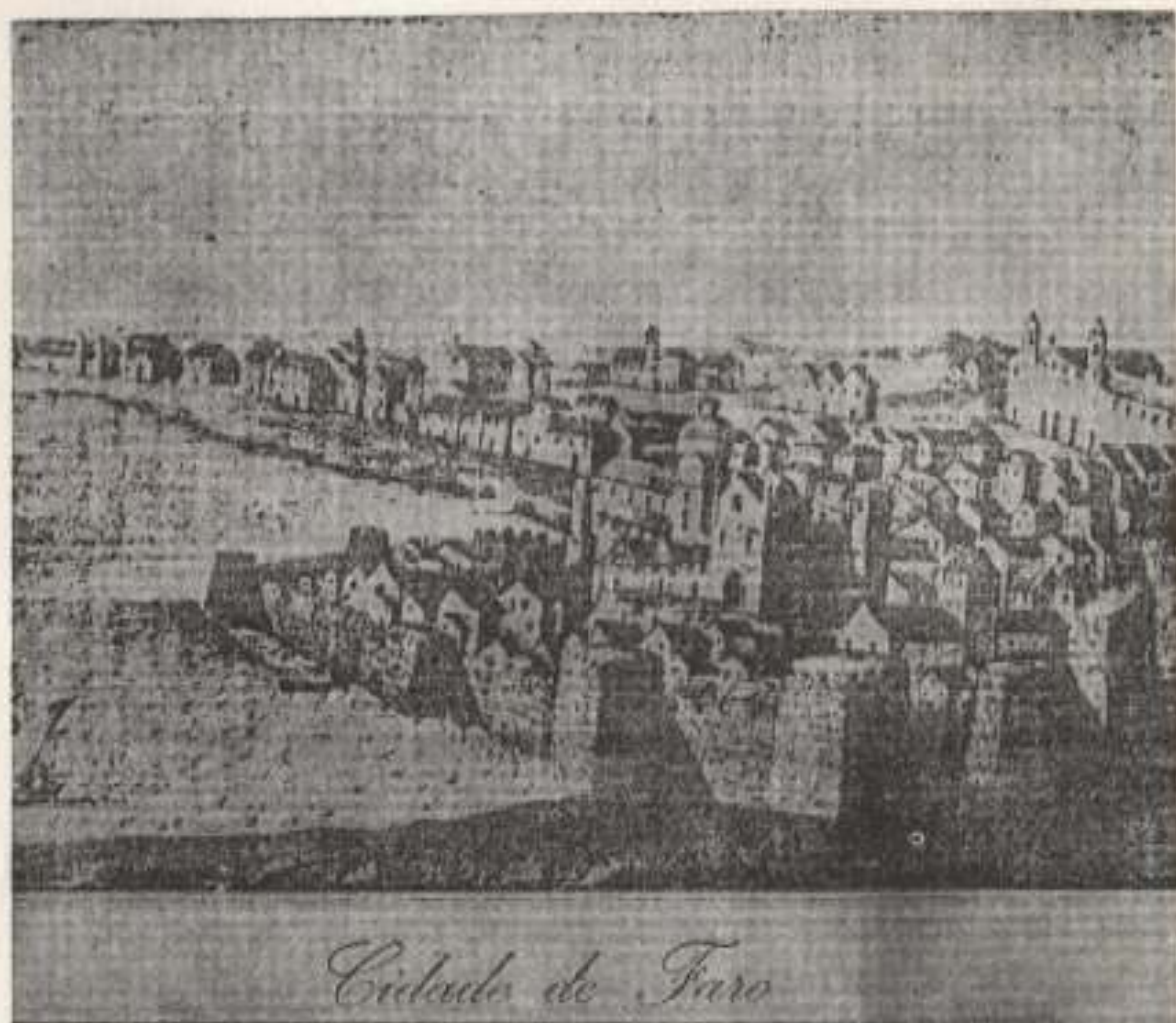
O estudo agora apresentado ao Algarve (e ao país) com o título «A Feira de Faro / Feira de Santa Iria» (Subsídios para a sua história) insere-se no projecto intitulado «As Feiras do Algarve — PATRIMÓNIO, CULTURA e TURISMO REGIONAL» e cujo primeiro número foi dado à estampa em Janeiro de 1985 intitulado «A Feira de Olhão / Feira de S. Miguel», (Subsídios para a sua história). Na impossibilidade de se fazer um estudo pormenorizado sobre cada feira do Algarve (existem dezenas) pensou o autor em dar à estampa (através do semanário «O Algarve») e ao conhecimento público, as Feiras mais importantes e de maior dimensão dentro do contexto sócio-económico do Algarve.

Tendo em vista a promoção do Algarve, das suas Feiras e principalmente das suas gentes, eis a razão do estudo que agora apresentamos na esperança de que a ideia frutifique.

Deseja o autor agradecer as sugestões iconográficas apresentadas pelo Dr. José Fernandes Mascarenhas e que constituem parte integrante deste estudo.

O AUTOR





*Cidade de Faro*

Estampa n.º 1

**A Mais Antiga Panorâmica da Cidade de Faro**

ROTA O

Faro a Capital da província do Algarve. Algarve que constituía um reino dentro do espaço geo-político português no período monárquico e que começou a ser mencionado na documentação oficial, na Diplomática, etc. como todo o território algarvio e demais possessões conquistadas, a partir de Afonso V. É com este monarca que o Algarve é denominado «Reyno dos Algarves d'Aquem e d'Alem mar, em Africa...».

Não podíamos, pois, falar da Feira de Faro/Feira de Santa Iria sem fazermos uma abordagem histórica (embora sucinta) da província do Algarve.

Através de um depoimento datado do século XVIII podemos disfrutar de todo um conjunto de elementos que nos são dados a conhecer, em que tanto o aspecto económico e social, como a mentalidade do algarvio são analisados à «boa maneira» oitocentista. Sem nos vincularmos totalmente ao depoimento, pensamos que o mesmo nos traz aspectos importantes e até inovadores sobre a província do Algarve. Vejamos:

«O Reyno do Algarve he cercado de altíssimas, e innaccessíveis serras; e sobre maneira montuozo. Desde o lugar de Seixes, donde começa, até Castro Marim, Villa Fronteira a Ayamonte, tem de comprimento vinte sete Legoas e de largura oito. E o mesmo he tomandose o seu comprimento do Cabo de S. Vicente até a dita Villa de Castro Marim, porque deste Cabo a Lagos são sete Legoas, de Lagos a Villa Nova de Portimão duas; desta Villa a Faro nove, de Faro a Tavira sinco, de Tavira



a Castro Marim quatro; o que tudo faz as vinte sete Legoas, que só tem de comprido este Reyno.

Tem quatro Cidades: a prim.<sup>a</sup> Faro, donde hoje está a Sé Cathedral; a segunda Lagos, em que assistem os governadores, e Capitaes Generaes do Reyno; a Terc.<sup>a</sup> Tavira domicilio da maior nobreza d'elle; a ultima Sylves, que em algum tempo foi a prim.<sup>a</sup> e m.to famosa no Reynado Del Rey D. Afonso III.

As Villas são déz: a primeira assim por razão do Comercio, como pelo seu excellente porto de mar, e por outras prerogativas, que lhe dão preferencia, he Villa Nova de Portimão, depois Loulé, Albofeyra, Castro-marim, Alcoutim, Cassella, Alvor, Villa do Bispo, Sagres, e Aljezur, com r no fim e não s, como erradamente se escreve no Catalogo dos Bispos deste Reyno, fl. 2. et alibi (¹).

(...) He todo elle muito abundante de generozos vinhos, de uvas, figos, que passados estes e aquellas se levam para varias partes da Europa com particular estimação : ha tambem muita amendoa, que se conduz, e estima do mesmo modo : azeite tem muito : grandes os Linguados, saborozos os rascassos, deliciozos os pampanos, e os redovalhos. Há muito marisco, soberanas, ostras, ameijoas, lagostas, e lobegantes. Fazem-se muitas Armações aos Atuns (couza digna de se ver) desde o mez de Março, até ao de Julho em cada hum anno. (²).

He o Algarue bem provido de todo o genero de viveres, de tal sorte, que tem o que lhe basta para si sem necessitar de outro subsidio; antes reparte com outras Provincias Nacionais, e Estrangeiras largamente, que a seus portos vem procurar, deixando outros efeitos do seu paiz.

A fruta de espinho é muita, e boa. As Laranjas da China, e limões azedos se levam para varias partes da Europa. Tem admiráveis Péssegos, e Melcotões. As ortalijas são deliciozas, principalmente os Repolhos, que são singularissimos, e tantos

---

(¹) Sobre o topónimo Aljezur, v. Emmanuel Correia, **Alguns Apontamentos sobre o Concelho de Aljezur**, 2.<sup>a</sup> edição, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur, 1983.

(²) Sobre as pescarias efectuadas no Algarve, v. Constantino Lobo e Mendonça Cortes sobre a Pesca na Ria Formosa e Litoral Algarvio. V. tb. o estudo publicado no semanário «O Algarve», em Setembro de 1985, intitulado «**OLHÃO — Uma Aldeia de Pescadores em 1790 (Aspectos sócio-económicos)**» de nossa autoria.



que duram desde Outubro até todo o mez de Março, os mais estimados são os de Faro, e Villa Nova de Portimão.

Obram-se neste Reyno muitas curiosidades de palma, de que elle he fertil; condeças de grande feitio, e preço, leques perfeitissimos, salvas e pucaros, além de outras obras mais grosseiras, como são vassouras, alcofas, capachos. E também se obram esteiras tão finas, e de tão curiozos labores, que servem juntamente aos olhos de divertimento, e á arte de primor. He com tudo a gente ordinariamente preguiçosa, indício de bons engenhos, e habilidades que tem. E por cauza deste seu ocio disse hum discreto Governador, e Cap.m General deste Reyno — que no Algarve até os cães ladravam deitados — Fazem as mulheres finissimas rendas que se levam para Lisboa, e para outras partes da Europa.

O Clima he sadio, e m.to prefere ao do Alemtejo, e o melhor o de Lagos, Villa Nova de Portimão, Alvor, e outras terras de porto de mar. Tem admiraveis Poços, e Fontes. E entre as aguas mais celebres, e salutiferas, se contam as seguintes: a Mareta de Sagres, que sendo agua da chuva tem virtude de dezopilar, e desfazer a pedra; razão porque o Senhor Rey D. João IV, a mandou sendo G.or daquela Praça Simão Rodriguez Moreira. He tambem admiravel a agua da Fonte do Lugar da Rapozeira; a agua da Cidade de Lagos da Fonte do Paul, de cuja abundancia se provem as armadas que fazem curso na costa deste Reyno; a agua do Poço de Alvor, a da Fonte de Arge a da Figueira, ambas no termo de Sylves. E no braço do Rio de Villa Nova de Portimão se contam cento, e sincoenta fontes todas de precioza agua; a agua do poço de Farragudo, a de Estombar; a da Lagoa do Poço do Carmo; em Loulé ha boas aguas: em Faro a fonte de Marchil; a de Estoy, a de S. Braz. Tem Tavira copiozissimas aguas no mais alto da Cidade se despenham por altos rochedos. Em Castro Marim he a melhor agua a do seu celebrado poço de S. Sebastião.

Ha neste Reyno muitas colmeias, o seu mel docissimo, mas o melhor o do Cabo de S. Vicente por proceder unicamente da flor do alecrim de que he fertilissimo o terreno.

He o Algarve sumam.te povoado, porque ainda as suas terras o são, e em grande parte se cultivam. Tem muitas Igrejas Paroquiaes, Priorados e Curados. Os Piores uzam de Murça, como tambem os Beneficiados Proprietarios da Matris de Sylves a respeito de ter sido Sé! Ha inumeraveis Hermidas, e muitas de grande devoção, e romagens. Os Conventos de Religiozos são vinte, em que entram dous Collegios da Companhia,



o de Faro e o de Villa Nova de Portimão, edificio nobilissimo, regular, e moderno, como se dirá em seu lugar. Tem tres Mosteiros de Freyras, e hum Recolhimento.

Há neste Reyno humas Caldas saluberrimas junto ao Lugar de Monchique. Passam estas aguas por mineraes: o de enxofre he perceptivel no sabor, e olfato; o de pedra humi se ve pela virtude admiravel que tem de confortar o estomago, e restituir o appetite de comer. A estas Caldas veio tomar banhos El Rey D. João II, porem como o seu achaque era outro, e esse irremediavel, falleceo pouco depois na villa de Alvor.

Parece finalmente que a Divina Providencia fez defensavel em si, e por si a este Reyno, porque pela parte da terra o cercou de fragozissimas Serras, e pela do mar de altissimos rochedos; para que lhe não falta couza alguma digna de louvor, e de especial ponderação, como se vé em tudo o que fica dito (¹).

O Algarve, como provincia de Portugal, assume a partir do século XIII uma posição cada vez mais destacada no panorama geo-político nacional. A comprovar essa importância, são passados forais, a partir de Lisboa, a Silves, Castro Marim, Loulé, Tavira e a Faro.

Será neste mesmo século que a divisão territorial se afirmará, nomeadamente no Algarve, verificando-se tal divisão, na doação regida da «villa de Souto de ripa hominis», feita em 1254 a «Johani suerii». Através desta doação encontra-se já a citação do distrito territorial do Algarve, por um dos confirmantes denominado, «Petrus iohanis» ao que lhe associava a sua posição ou posicionamento em relação ao distrito mencionado: «Petrus iohanis de portello tenens algarbium» (²)

A Faro estiveram sempre ligados vários topónimos. Isto é, várias designações que vão desde a Antiguidade Clássica, até

---

(¹) V. Alberto Iria, **Os Arquivos Municipais do Algarve e a Academia Real de História Portuguesa, (1729-1732)** (Subsídios para a Historiografia local), **Os Arquivos do Algarve no século XVIII**, in Suplemento Literário das Novidades (de 25-VI a 9-VII de 1935) e **os Arquivos Municipais do Algarve e a Restauração**, in Boletim da Junta da Província do Algarve, Lisboa, 1942, Doc. 75, intitulado «Notícia Geral do Reyno do Algarve», de António de Oliveira de Azevedo, Prior de Villa Nova de Portimão, membro da Academia Real.

(²) V. Henrique da Gama Barros, **História da Administração Pública em Portugal nos sécs. XII a XV**, tomo V, pp. 91, 108 e 266, Lisboa, 1947.



ao Islamismo que perdurou no Algarve, tanto aquando da conquista e reconquista (desta província) pelos cristãos.

Desde o século VII, Faro aparece associada ao nome de Óssonoba <sup>(5)</sup> — terra de juncals —; no século XI era designado por Santa Maria de Ocidente (e foi certamente o ponto de mais longa resistência de domínio muçulmano em território português, visto que ficava mais ao Sul e tinha muralhas fortes junto ao mar). Mais tarde é a cidadela denominada XANTA MARYAT IBNE HARUNE e no século XIII, já se apresenta como o topónimo de Faro. Sabe-se que Biere ben Jahia (século IX-X) a fortificou e mandou construir portas de ferro. Os Germanos — particularmente os Frisões — danificaram a construção das mesmas e no século XVI, os Ingleses através dos actos de pirataria comandados por Essex, assaltam e queimam a cidade de Faro.

Mas se Faro possuía várias muralhas que a defendiam de eventuais agressores, também e como praça de armas, deteve sob a sua dependência várias outras fortalezas menores como o forte de S. Lourenço da Barra (que o terramoto de 1755 arruinou), o forte da ilha da Armona, além de outros posteriores como o Forte Novo, etc.

Mas, como ingressou a cidade (outrora «villa») de Faro, no Reino de Portugal? Terá sido D. Afonso III o verdadeiro monarca da (Re)conquista?

Através da documentação dada a estampa por Luís Gonzaga de Azevedo <sup>(6)</sup> podemos observar o seguinte: D. Afonso III ao

---

<sup>(5)</sup> V. José da Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pa-censis*, Vol. II, Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de Arqueologia, Coimbra, 1984.

<sup>(6)</sup> Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, in Mariana A. Machado Santos, *As Muralhas de Faro e o significado da entrada de D. Afonso III na «Vila-Adentro»*, separata da revista «Bracara Augusta», Vol. XX — Fasc. 43-44 (55-56), Braga, 1966, p. 15. Vejamos o que nos diz a autora sobre o assunto:

«Sem nos querermos deter na tese de Luís Gonzaga de Azevedo — (que vem na «Brotéria» de 1932-33, em continuação da sua «História de Portugal») — de que a ida e entrada de D. Afonso III em Faro se realizou sem combate, visto saber-se por documentos coetâneos: «Livro dos Bens de João de Portel» e «Doações de D. Afonso III», que o rei de Portugal foi a Faro acompanhado de conselheiros, juizes e capelães — isto é, de homens não-guerreiros —, e não levou consigo nem o alferes, nem os ricos-homens, que faziam parte das forças militares; sem mesmo pretermos demorar-nos nas outras razões aduzidas por Gonzaga de Azevedo em defesa da mesma tese, de que Dom Afonso III não podia ter tido



entrar em Faro, não o fez através das armas, estando acompanhado de várias personalidades não vinculadas ao exercício das mesmas. Mais. O curto espaço de tempo em que se demorou na região (Fevereiro a Maio de 1249) não seria o suficiente para conquistar Faro se tivermos em linha de conta o panorama político-social da região sul do país. Pode-se, pois, concluir que D. Afonso III esteve no Algarve, não por causa da conquista de Faro, mas para confirmar uma situação anterior e, porventura, apaziguar certos tumultos de instabilidade político-militar ainda vigentes nesta região (7).

Faro, seria elevada a cidade no reinado de D. João III, passando a sede efectiva do bispado a partir de 1577. Teria como primeiro bispo após a transferência da Sé para Faro, D. Jerónimo Osório que foi o último bispo de Silves e o primeiro de Faro (8).

---

tempo para conquistar uma praça forte da envergadura da de Faro, no curto período que mediou entre a sua estadia em Ourém (Fevereiro de 1249) e no Crato (a 31 de Maio do mesmo ano) já de regresso de Faro onde tinha estado em Março; sem ainda podermos discutir aqui, se de facto Faro teria pertencido a Portugal desde D. Sancho II, e se, portanto, D. Afonso III, simplesmente teve o propósito de entrar «no gozo pacífico e incontestado dessa província que Afonso X depois lhe disputou» (são palavras de Gonzaga de Azevedo), eu apenas desejo reflectir convosco nas duas expedições de D. Afonso III ao Algarve — a de 1249 e a de 1250 — concordando de antemão plenamente com Luís Gonzaga de Azevedo de que não foi com intuito guerreiro que o rei de Portugal ali foi, e digo que D. Afonso III foi ali, para confirmar «in loco» o seu senhorio. Foi aos locais onde perduravam ainda os mais recentes focos das teorias súfis e onde havia uma praça-forte que poderia animar ambições separatistas, para mostrar-se como Senhor. O rei de Portugal dirigiu-se de Faro, seguidamente para Loulé e Aljezur...

(7) Para o estudo sobre a geo-política e acções militares concretizadas por D. Afonso III no Algarve teremos que recorrer à seguinte documentação: **Crónica del-Rei Dom Afonso III**, de Rui Pina — de que a Biblioteca da Ajuda tem uma cópia manuscrita do começo do séc. XVI, por Álvaro do Couto de Vasconcelos; a mesma crónica impressa (Cap. XI); **Crónica dos 7 primeiros Reis de Portugal**, pertencente à Casa Cadaval e publicada por Silva Tarouca; **Crónica dos 5 Reis de Portugal** propriedade da Câmara Municipal do Porto; e **Crónica de como Dom Payo Correia, Mestre de Santiago de Castella, tomou este reino do algarve aos mouros**, encontrada em 1788 na Câmara Municipal de Tavira por Fr. Joaquim de Santo Agostinho, que ficou conhecida pelo título de «Crónica da Conquista do Algarve».

(8) V. Joaquim Romero Magalhães, «Panorama Social e Económico do Algarve na época de D. Jerónimo Osório», in *Anais do Município de Faro*, n.º XI, Faro, 1981.



Centremo-nos, doravante, na Feira de Faro/Feira de Santa Iria. Festividade sócio-económica bem como religiosa.

Através do documento apresentado sobre o Algarve no início deste estudo, tomámos conhecimento das potencialidades da região Algarvia. Documento datado do século XVIII, mas fundamentado em circunstâncias mais anteriores.

Como surgiram as feiras em Portugal? Qual a sua importância no contexto nacional? (\*)

A partir do século XIII, Portugal assiste a um aumento da circulação monetária bem como a um desenvolvimento económico propício ao aparecimento de feiras e ao desenvolvimento de algumas já existentes.

A existência de feiras é prova bem clara de um surto de actividade comercial no país, exercida pela forma quase unicamente existente na época em que a falta de comunicações e o perigo e a despesa das jornadas tornavam de conveniência para todos, produtores e consumidores, esses mercados transitórios. Eram efectuados em lugar e tempo certos, onde cada qual, empreendendo uma só viagem, ia encontrar ou a saída para as suas mercadorias, ou a oportunidade de adquirir as necessárias, ou ainda a possibilidade, que de outro modo não seria possível, de tratar negócios com indivíduos que provinham de diversas e remotas localidades a um mesmo ponto de reunião. Contudo, a importância das feiras decai à medida que se tornam menos difíceis as relações de comércio.

Em Portugal, os primeiros vestígios da existência de feiras aparecem em forais portugueses, nomeadamente num trecho do de Ponte de Lima (1125) em que se impõe a multa de sessenta soldos a quem causasse prejuízo às pessoas que de qualquer localidade concorressem à feira, tanto na vinda ou no regresso.

Allás, para conhecermos o nível demográfico das localidades que tinham feiras, como pólo da atracção de capitais, temos que recorrer às cartas de aforamento, aos forais e às inquirições. Isto principalmente para os séculos XII e XIII, momento histórico do aparecimento das feiras em Portugal. Também e no que concerne aos lucros auferidos pelas localidades onde as feiras se realizavam, teremos de averiguar documentos tais como os que dizem respeito aos direitos de portagem e outros semelhantes estabelecidos nos forais.

---

(\*) Sobre a origem das feiras e seu relacionamento com a economia nacional, v. *A Feira de Olhão/Feira de S. Miguel*, separata do jornal «O Algarve», Faro, 1984.





Estampa n.º II  
Imagem de Santa Iria existente em Tomar

## A FEIRA DE FARO FEIRA DE SANTA IRIA

Não podemos considerar a Feira de Faro/Feira de Santa Iria como uma das mais antigas do Algarve. Tal seria pensarmos que a sua origem se perde pelos tempos da sua conquista e que a documentação não nos podia por diversas razões facultar a certeza necessária para a legitimação histórica da sua existência. Aliás, tal afirmação teve a sua justificação até que os documentos apareceram. Deixou, pois, de pertencer ao «imaginário» popular e passar a pertencer ao domínio da ciência histórica. Como justificar o anteriormente citado?

Através da investigação histórica levada a bom termo pelo académico correspondente, Prof. José António Pinheiro e Rosa, sabemos hoje a que Feira de Faro/Feira de Santa Iria não é tão antiga como se julgava (10).

Através do «Treslado da Petição que esta cidade fez a S. Mag.de e despachos mandados a Fazenda, Resposta da Câmara de Tavira, Certidões e Resposta desta Câmara sobre a feira», datada de 1622, podemos assinalar vários aspectos. Um dos

---

(10) V. José António Pinheiro e Rosa, **A Feira de Santa Iria Quase Quadricentenária**, in *Anais do Município de Faro*, n.º X, Câmara Municipal de Faro, 1980, pp. 47-53.



mais importantes é a autoridade régia que superintendia os desígnios do reino de Portugal. Isto é, quem governava em Portugal era Filipe III (11). Um dos outros aspectos que o texto nos indica é que Faro era a cidade principal do Reino do Algarve e que possuía as condições necessárias (religiosas, económicas e sociais) para usufruir de uma Feira (12). Isto é, existiam as condições religiosas necessárias em virtude da existência da Sé Catedral, condições económicas em virtude das pescarias do Atum e Sardinha, e condições sociais em virtude da existência das pilhagens e destruição que os ingleses haviam feito na cidade de Faro. Isto é, Portugal estava sob o domínio espanhol (rival da Grã-Bretanha) e como tal a guerra declarada à Espanha também incluía, (e quando assim se desejava), Portugal. Como tal, o Algarve não seria excepção.

Necessário era a reconstrução da cidade. Para tal seria urgente a implantação de uma feira. Contudo, se a rivalidade entre países era um facto, a rivalidade entre cidades (e da mesma província) também era assinalável. Referimo-nos a Tavira. A polémica entre a existência de uma feira em Faro e de uma já instituída em Tavira, provoca o aparecimento da problemática entre a necessidade de se restabelecer uma cidade saqueada (Faro) que é necessário revitalizar e a paragem (momentânea) de uma feira (de Tavira) que não tinha sido prejudicada por fenómenos desta índole (13).

Contudo, a feira far-se-á. Mas qual o ano da sua implantação?

---

(11) Filipe III de Espanha e II de Portugal (1578-1621).

Contra os interesses da Espanha Católica havia uma Inglaterra protestante/anglicana através da qual as agressões a Portugal (e ao Algarve) eram materializadas em actos de pirataria ao longo das costas. Eis o caso do saque à cidade de Faro em 1596. Contudo, e pelo Tratado de Londres de 1604 o conflito é apaziguado.

(12) Eis o texto/documento integral do que anteriormente afirmámos:  
«Esta Mercê se lhe fez por ser uma Cidade principal do Reino do Algarve e no meio dele e tem Sé Catedral com Bispo e Cabido e é de mais proveito e rendimento à fazenda de S. Mag.de de que nenhuma do dito Reino e nela haver Almadras de atum, renda de sardinha, sal e pescado e Alfândega de muito rendimento, por onde em nenhuma parte do Reino há melhor sítio onde convém haver feira mais que nesta, além de haver sido desbaratada e assolada com o incêndio dos ingleses e para se poder recuperar é necessário haver nela a dita feira», in *Anais do Município de Faro*, Vol. IX, Faro, 1980, pp. 47 e 48.

(13) Idem, *ibidem*.



Os ingleses atacaram as costas algarvias, neste caso a cidade de Faro, em 1596. O Prof. Pinheiro e Rosa opina que a feira terá como data provável da sua existência, o próprio ano da «invasão inglesa» (14).

Uma vez a cidade de Faro pilhada por forças inglesas (contrárias ao domínio dos Filipes) instituiu-se uma feira para que a salvaguarda do erário régio se efectivasse, bem como serviria de reunião de variados comerciantes para o restabelecimento de surto económico que o Algarve já experimentara.

Estamos em presença de uma feira que tomou o nome da localidade que a criou e de uma figura religiosa que lhe deu o cunho religioso de Feira de Santa Iria.

A Feira de Faro/Feira de Santa Iria teria o seu início em 1596, com uma periodização anual, sendo feira franca de seis em seis anos.

Porquê Feira de Santa Iria? Vejamos o que nos dizem os investigadores, historiadores, assim como a própria documentação.

A Feira de Faro/Feira de Santa Iria começou como feira franca, embora tivesse períodos em que tal não acontecia.

A partir de 1722, a Feira torna-se «franca para todo o sempre» (15).

---

(14) «(...) Só resta saber o ano. A invasão foi em 1596. A feira não começaria logo nesse ano. Mas é muito provável que se iniciasse no seguinte — 1597» — in *ob. cit.*, p. 49.

Mas, continuando o raciocínio do autor, observamos o seguinte: «Voltando à feira, não descansei enquanto não encontrei um alvará renovando a concessão. Ele é de 14 de Março de 1626. Faz alusão ao costume de «fazer mercê de seis em seis anos à Câmara e povo desta cidade de Faro de lhe mandar licença para fazerem uma feira franca em dia de Santa Iria em cada um ano deles e os dias logo seguintes, por aquele reino ser mui falto de cousas necessárias ao comércio dos Mercadores dele, depois que a dita Cidade foi queimada pelos Ingleses»; *Ibidem*, p. 50.

(15) Eis o documento que torna a Feira de Faro/Feira de Santa Iria feira franca para sempre. O alvará é datado de 1722:

«Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem que tendo respeito ao que se me representou por parte dos Officiais da Câmara da Cidade de Faro em razão de que o Provedor da Comarca do Reino do Algarve fizera perante aquele Senado da Câmara a Conta de que no Conselho da Minha Fazenda dera o Julz da Alfândega daquela Cidade sobre a feira que se fazia nella todos os annos por dia de Santa Iria na qual conta ajuntava uma Provisão pela qual se lhe mandava levasse na dita feira direitos tocante a dita Alfândega sem embargo de ser Feira franca por seis anos por assim concedida, e que todas as vezes que eu lhes fazia mercê de lhes dar a Feira franca pelos ditos seis annos



Porquê somente cento e vinte e seis anos após a sua instauração tal se concretiza? Não devemos esquecer que a sua implantação se deu em virtude de uma calamidade que foi a «invasão» dos ingleses a Faro, em 1596. Também foi este o motivo porque a Feira se tornou franca (a cidade fora queimada e era necessário revitalizá-la).

Em 1709 Faro conhece nova calamidade — terramoto — que destruiu a cidade parcialmente. Porventura, a Feira estava no seu auge e foi necessário reorganizar toda a sua estrutura.

Em 1722 nova calamidade coloca a cidade de Faro em estado caótico e, naturalmente, a sua Feira é reactivada com

---

nunca pagara direitos alguns na Alfândega, nem havia memória alguma se pagassem senão nos anos que fora captiva como sucedia havia dois anos como se praticava nas cidades de Tavira, Lagos e Silves e nas vilas de Loulé, Albufeira e Vila Nova, todas daquele Reino, em as quais havia cada ano uma feira franca para sempre sem pagarem direitos alguns; e que sendo aquela cidade a principal daquele Reino, se achava com ela captiva porque só quando se me pedia a fizesse franca de seis em seis anos se conseguia esta liberdade sendo que aquele povo era o que concorria para o meu Património com dous Contos ou cento e outenta e seis mil e quinhentos réis cada ano, que era o dobro que pagavam as mais terras daquele Reino, e que quasi todos os anos pagavam as mais terras daquele Reino, e que além disto se achava pagando muitos tributos, e que quasi todos os anos pagavam para inteirar o cabeção mais de dous mil cruzados, não falando no lançamento dos quatro e meio por cento, além de serem vassallos que todos os anos iam levar a me servirem nas Armadas, e que por todas estas razões se achavam dignos de que lhe fizesse a graça e mercê conceder-lhes para sempre a feira franca naquela cidade dia de Santa Iria e os dous seguintes como tinha concedido às mais terras daquele Reino. Em consideração do que e do mais que por sua parte se me representou e informação que acerca do referido mandei tomar pelo Procurador das Comarcas do Reino do Algarve, de que tudo houve vista o Procurador da Minha Fazenda. Hei por bem e me apraz fazer mercê aos ditos oficiais da Câmara da Cidade de Faro de lhe fazer franca para sempre a feira de que fazem menção pelos três dias declarados de Santa Iria e nos dous seguintes como tinha na forma do uso e costume como são as mais daquele Reino, porque tudo se dê em favor e benefício daqueles vassallos visto se não seguir prejuízo em minha real fazenda e esta se contribuir sempre com o Compito [?] dos encabeçamentos. Pelo que mando a vós Provedor das Comarcas do Reino do Algarve e aos mais Ministros e pessoas que o conhecimento deste pertencer o cumpram e guardam inteiramente como nele se contém, porquanto pagou de novos direitos vinte mil réis, que se carregaram no Tesouro deles José Corneia de Moura no livro quinto de sua receita...

Lisboa Ocidental, a 30 de Setembro de mil setecentos e vinte e dous anos», in Pinheiro e Rosa, **Anais do Município de Faro**, Faro, 1980, p. 51-52.



todos os custos que lhe são perceptíveis. Contudo, será neste próprio ano que Faro terá uma «feira franca para todo o sempre».

Em 1719 existem indícios que o erário régio está desoapitalizado e a Feira de Faro/Feira de Santa Iria terá que pagar direitos de portagem nas cargas destinadas à sua própria realização embora fosse ainda feira franca (16). Isto prova que a tendência seria para tornar a Feira cada vez menos isenta de direitos uma vez que nesse ano a Feira (que é franca) teve que pagar direitos de portagem nas cargas.

Há, pois, a tomada de consciência das autoridades que a Feira de Faro deverá ser «franca para todo o sempre», pois acontecimentos anteriores deixavam antever novas (e possíveis) calamidades; os custos de sucessivas reorganizações seriam muito elevados e não compensadores, nem mesmo através dos períodos em que a Feira não era franca e, portanto, mais lucrativa para a Coroa. Tal viria a acontecer em 1755 e com enorme prejuízo para o Algarve e para Portugal.

Podemos concluir que era preferível tornar a feira franca para sempre (mesmo com tudo aquilo que tal designação implicava) do que, durante o seu auge, viesse nova calamidade e toda a organização da Feira tivesse que partir do zero.

Deste modo, perderia Faro, o Algarve e sobretudo o erário régio que tanto usufruía com os negócios efectuados nesta província (17).

---

(16) V. Pinheiro e Rosa, ob. cit., p. 51.

(17) Tal situação não constituiria admiração, uma vez que a principal das produções do Algarve, pela qual participava no comércio internacional era a fruta que só encontra condições de cultura no litoral, no litoral das cidades. V. Arquivo da Câmara Municipal de Loulé, v. 1530, fl. 44R.

## SANTA IRIA E SUA RELAÇÃO COM A FEIRA DE FARO

Santa Iria (ou Irene) é conhecida a partir do século VI d.C., estando a sua origem associada a várias localidades, festividades, bem como a realizações sócio-económicas, nomeadamente à Feira de Faro.

Quanto à sua origem e em termos de toponímia, a mesma é reivindicada por várias populações, concretamente às que constituem a Cidade de Tomar. Santa Iria é padroeira de Tomar e a sua origem é documentada através de monumentos (igrejas, estatuária, etc.) bem como de enorme documentação iconográfica. É lugar comum nas crónicas desta cidade que o antigo escudo municipal narrava o martírio de Santa Iria<sup>(1)</sup>, que era sob a bandeira da sua imagem que o exército municipal toma-

---

(1) Santa Iria de Tomar. O próprio nome da Santa é reivindicado por outras santas (entre as quais a irmã de S. Dâmaso). Sendo uma das mais veneradas em Portugal, assume também a denominação de Irene ou Eiria.

O seu culto está documentado através do calendário do Antiphonarium mozarabicum da catedral de Leão, onde surge pela primeira vez (C. XI). A partir do século X tem-se conhecimento da sua veneração em zonas a norte do Mondego.

A lenda indica a Santa como proveniente de Tomar sendo aí freira (Séc. VII). Pedida em casamento por um nobre — denominado Britaldo — que se deixou convencer da recusa mas foi iludido pelas aparências de uma



rense formava nas batalhas. O próprio selo dos Actos da Câmara ostentava a sua efígie.

Quanto à projecção que o seu culto possuía, vejamos o que nos dizem os investigadores e historiadores: Para Pinho Leal, o culto de Santa Iria não possuía grande projecção no território nacional (<sup>19</sup>). Pelo facto da sua origem ser reivindicada por várias populações (descentralização do culto e por isso não existir um eixo centralizador do seu aparecimento) pensamos que nos devemos de centrar em Tomar para um melhor estudo hagiográfico e, porventura, histórico da sua relação (in)directa com a Feira de Faro.

Se em Tomar foi o seu berço, outras localidades também o pretendem disfrutar. Assim, opina-se que numa aldeia denominada Torre de Magueixa (isto no século XIX) existia uma er-

---

maternidade provocada por uma beberagem dada à Santa por um apaixonado não correspondido. Britaldo manda executá-la e o seu corpo é lançado no rio Nabão. O seu corpo teria sido levado pela corrente do Zêzere até ao Tejo e daí à cidade de Scallabis. Aqui localizado por divina revelação, as águas, assim como se retiraram para o deixar ver, logo voltaram a ocultar o seu corpo.

No dia 20 de Outubro, a cidade de Scallabis teria erguido uma basílica em sua honra originando nesse dia a festa de Santa Iria, tomando a cidade o nome de Santa Irene (Santarém).

Vejamos outra versão do martírio de Santa Iria e esta emanada da cidade de Tomar: «Era uma rapariga de avassaladora beleza, nobre, votada por si própria, e preparando-se para o único serviço a Deus.

Enfermo de amores por ela, o filho do governador do condado, e no seu caminho de enfermo de mundo, um baixio de raiva e cobardia onde lançar-se.

Escravo de querê-la, endemoniado pela tentação, alquimista da intriga (que pela aparência de se ter ela degradado a pusesse à sua altura), o seu próprio preceptor, um religioso em negação.

Todo o cerco. Dois contrários de conquistadores, cultivadores de instintos para evadir-se da honra, da houbria, do temor a Deus, da humanidade. E o terceiro; o antiquíssimo complemento: o laçaio, pronto e barato oportunista de saldo para efectuar a punhalada.

Era o tempo da monarquia visigótica peninsular, pouco mais de meio século após a Conversão da Coroa ao Cristianismo; quase a mesma distância de tempo da derrota frente ao Islão, do início do árduo ermitério e da Reconquista Penitencial. Num Condado com sede em Tomar (...)» in **Santa Iria, Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar**, Gabinete de Educação e Cultura, 20 de Outubro de 1981.

(<sup>19</sup>) Augusto de Pinho Leal, em **Portugal Antigo e Moderno**, pág. 53, dá-nos o seguinte trecho sobre o culto de Santa Iria: «Que o culto de Santa Iria não tenha, mesmo em Portugal, uma grande projecção não nos custa a acreditar, mas estávamos crentes que ele não se limitaria a Tomar e Santarém, pois lá estão Santa Iria da Azoia e Póvoa de Santa Iria a atestá-lo».



mida dedicada a Santa Iria. Sendo natural dessa aldeia, ter-se-ia construído uma capela sob as ruínas da sua antiga residência. Contudo, teremos que salientar que tais opiniões são pertença do «imaginário» popular, não havendo documentação comprovativa do facto.

Mas, porque será que a Feira de Faro é denominada Feira de Santa Iria? Qual a relação do acontecimento sócio-económico com a Santa? Terá sido, numa primeira fase, somente realização económica e posteriormente designada como festividade em honra de Santa Iria? Ou tomou o nome da Santa, pelo simples facto de se realizar em dia de Santa Iria (20 de Outubro)?

Para respondermos às questões formuladas teremos de nos recorrer da documentação proveniente de Tomar e da própria cidade de Faro, bem como da tradição que em muitos casos passou a constituir documento coevo em tantos assuntos da historiografia nacional.

Começemos por Tomar. Foi no reinado de D. Filipe II que Tomar conhece uma feira anual e que tomou o nome de Feira de Santa Iria. Feira de Santa Iria porque começou a ser realizada em 20 de Outubro (dia dedicado à Santa) de 1622. Em Faro (e como veremos mais adiante) foi instituída uma Feira no ano de 1596 e no dia 20 de Outubro.

A Feira de Faro terá origem anterior à da própria Feira de Tomar, na data e no surto económico realizado na própria cidade de Tomar?

Vejamos o seguinte: em Tomar esteve sitiada a corte de Filipe I, antecessor do rei que instituiu a Feira de Santa Iria. Tudo indica que o não fez sem problemas. Tal problemática tem algo de comum com a posição que o rei pretendeu transmitir à eleição hierárquica no Convento de Tomar registada nos inícios do século XVI em Tomar <sup>(20)</sup>.

---

(20) Não nos esqueçamos que seu pai, Filipe I de Portugal pretendeu ligar-se à Ordem de Cristo, instituição poderosa e rica, com ramificações contemporâneas, em toda a Europa da época e cobiçada desde tempos, pelo Papado. Mais. Seu pai, tal como em Espanha deixou a Administração na Capital e preferiu sediar-se em pleno Campo: — daí que tenha vivido bastante tempo em Tomar, acompanhado de uma corte de Notáveis de ambas as Nações, os quais se instalaram pelo Castelo, Convento e Palácios de Tomar. Aliás, está ainda por ultimar parte da história da estadia de Filipe III de Espanha, II de Portugal e, especialmente em Tomar. V. M. Rodrigues de Carvalho in «O Tomarense», Órgão oficial da Casa do Concelho de Tomar, em Lisboa, Ano 1, N.º 5 de 18 de Fevereiro de 1983.



Há toda uma situação de mal-estar interno e, possivelmente, a instituição da Feira de Santa Iria poderia canalizar as atenções monásticas para uma realização sócio-económica (que também privilegiava a Ordem) e para um melhor aproveitamento económico das potencialidades da cidade e regiões circunvizinhas.

É pois em 1622 que a Feira de Santa Iria é instituída. Muito depois da de Faro é certo. E porquê? O Algarve estava no eixo mediterrânico do Império Espanhol. Tomar estava numa região em que uma economia de características internas não privilegiava os planos de Filipe II de Portugal <sup>(21)</sup>.

Existe um ponto comum entre estas duas feiras: o dia 20 de Outubro, dia de Santa Iria. Pensamos que pouco mais poderá ser dito sobre a correlação destas duas festividades.

Além das explicações que a documentação oferece (ainda não estudada na totalidade) e das cogitações que podemos fazer, várias questões podem ser levantadas:

— Porquê, sendo Tomar a cidade por excelência de Filipe I de Portugal e antecessor do rei que instituiu a Feira de Santa Iria, possuidora da forte e cobiçada Ordem de Cristo, teve uma feira posterior (e com a mesma denominação) a uma instituída em Faro? Razões económicas estiveram na sua origem. Já as vimos. E as questões políticas? Conflitos internos tomarenses estariam por detrás do adiar do seu surgimento?

Os das pilhagens de Essex foram um pretexto para antecipar uma resolução que só surgiria após a criação da Feira de Santa Iria em Tomar? Uma vez que a data da Feira de Faro está certa (e documentada); o problema económico estar analisado e a necessidade de se desenvolver uma cidade à custa de uma outra eminentemente decadente por razões geográficas, poucas são as hipóteses que se levantam ao investigador.

---

<sup>(21)</sup> V. Joaquim A. Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, Edições Cosmos, Lisboa, 1970, Caps. «O Comércio» e «O Algarve e os Algarves».





Estampa n.º III

Mapa do Reino do Algarve (Séc. XVI) (Da Coleção de Alberto Iria)



## **A FEIRA DE FARO / FEIRA DE SANTA IRIA — QUESTÕES ACTUAIS —**

É opinião corrente que as festividades sócio-económicas de cariz religioso tendem a desaparecer e é necessário revitalizar tais realizações, pois têm um cunho popular, tradicional e até turístico. Turismo interno que se incrementa, tradições que se preservam, que Cultura de um povo que não se perde e se deve implementar com realizações deste tipo, são vectores que devemos ter em consideração senão quisermos perder a nossa identidade cultural.

Um dos factores para que uma realização deste tipo se enraíze na cultura de um povo é o seu local de actuação estar estabilizado e passar a ser conhecido por todos aqueles que pensam deslocar-se à feira.

A Feira de Faro/Feira de Santa Iria teve uma primeira localização no Largo do Pé da Cruz, estendendo-se até ao Campo da Trindade. Isto até 1906, data em que passou a realizar-se no Largo de S. Francisco que o algarvio (e não só) tão bem conhece como espaço privilegiado para este tipo de actuações.

De facto, tal espaço geográfico oferece todas as condições para que uma feira assuma o seu carácter económico pleno, bem como seja espaço privilegiado de acontecimentos sócio-culturais. Embora o local seja um dos mais apropriados, já se

apresenta diminuto e todos sabemos que muitos feirantes já se estabelecem para fora do recinto da Feira de Faro/Feira de Santa Iria. Indicamos o Largo D. Afonso III como exemplo daquilo que citámos, onde parece existirem «secções» da própria Feira, em que o calçado, o vime, os cabedais, os frutos secos, etc., assumem zonas compreendidas por um autêntico «centro comercial» que não é menos que a Feira de Faro/Feira de Santa Iria.

Em termos de realizações sócio-culturais a Feira de Faro/Feira de Santa Iria apresenta anualmente diversos motivos de interesse, tais como ranchos folclóricos, actuações individuais, exposições, etc.

Isto tem uma origem remota e apresentamos o ano de 1906 como o ano do aparecimento do «animatógrafo» em plena Feira de Faro/Feira de Santa Iria <sup>(22)</sup>.

Circos, «pistas de automóveis», «casas de terror», «monstros humanos», etc., etc., onde o fantástico se associa ao divertimento e o riso à emoção forte, são fenómenos comuns a todas as feiras do Algarve e do país, em que o desenvolvimento económico é acompanhado pela evolução tecnológica materializada em tudo aquilo que este tipo de realizações sócio-económicas nos apresentam e que nos fazem esquecer a rotina do quotidiano cada vez mais despersonalizado.

---

<sup>(22)</sup> Passados 17 anos (1923) Olhão iria conhecer fenómeno idêntico. Perguntamos: Se a Feira de Olhão/Feira de S. Miguel se realiza anualmente em Setembro e a Feira de Faro/Feira de Santa Iria durante o mês de Outubro, porque apareceu primeiramente em Faro um animatógrafo no recinto da Feira? Questões relacionadas com o facto de ser Faro a capital do distrito, diríamos. Mas em termos de temporalidade tal não tem justificação. V. *Correio Olhanense*, 1923, N.º 69, de 27 de Setembro, p. 1 dirigido por João Trigueiros.



## Conclusão:

A Feira de Faro/Feira de Santa Iria é, pois, produto de um processo sócio-político que o Algarve viveu nos finais do século XVI. Costuma o povo dizer que após a «tempestade vem a bonança». Não menos verdade, a Feira de Faro é produto de uma situação em que devido ao jogo de interesses internacionais (Espanha/Portugal por um lado e Inglaterra por outro); a necessidade de se procurarem novos mercados internos vectorizados para o plano europeu e a substituição de um centro económico (como o de Tavira) por outro (em que as condições naturais favoreciam largamente), fizeram da cidade de Faro e da sua Feira o pólo de atracção de mercadores e viajantes do país e do estrangeiro <sup>(23)</sup>.

Faro destrona Tavira em todo o seu poderio. Com efeito, Tavira era uma das mais importantes cidades portuguesas dos princípios do século XVI, e sem dúvida a principal do Algarve. Isto tanto no plano demográfico como no sector económico. Até 1570 foi um porto de escala importantíssimo. Dos seus 1600 mareantes, uma grande parte emigrou para outros locais. O rio vai açoreando e dificultando o trato. A somar a estes vectores, existem as praças do Norte de África, que são em grande parte abandonadas.

Surge, então, a cidade de Faro. O seu movimento comercial (em que até se empregavam «carros» nas transacções internas), torna-se o eixo fundamental do Algarve, servindo de charneira entre o Norte e o Sul, entre o Ocidente e o Oriente do Algarve.

É dentro deste contexto económico que aparece a Feira de Faro/Feira de Santa Iria. Se o contexto económico é favorável não o é menos o político. A Feira surge em virtude da pilhagem à cidade. Mesmo que ela tenha surgido em 1596

---

<sup>(23)</sup> Com efeito, a partir do século XVI entre Tavira e Lagos, começa a surgir uma povoação que vai assumir uma importância cada vez maior no panorama sócio-económico do Algarve. Essa localidade chama-se Faro e é através da sua posição geográfica-económica que vai disfrutar do seu desenvolvimento.

A partir de 1577, Faro passa a sede efectiva do bispado. Já desde 1552 estava em contacto com os mercadores internacionais de pescado. Exportava frutas, azeite e vinho. Nela, devido ao açoreamento do porto de Tavira, se carrega também a fruta dessa região. Mais. Não é só o porto, onde entravam embarcações de elevado porte, que a fazia grande e importante: se tem pequeno termo, encosta-se a Loulé, cuja área se estende do mar ao Alentejo, termo abastado de «pam, vinho, azeyte, carne, figos...».



(ano da pilhagem corsária a Faro e seu saque) o facto é que somente a partir do acordo entre a Espanha e a Inglaterra — Tratado de Londres de 1604 — é que a Feira se desenvolve e tem resultados efectivos. As pilhagens diminuem, ou desaparecem por completo, e o trato é conseguido com bons resultados.

Pensamos que a Feira de Faro, desde a sua implantação, teve o seu carácter festivo. Embora somente a documentação nos indique o século XVIII como início da celebração religiosa, devemos ter em conta o factor religioso da população e sobretudo a sua cimentação aquando da União ibérica.

Ao ser implantada em 20 de Outubro de 1596, dia de Santa Iria, a Feira de Faro assume dois vectores preponderantes: primeiro, a sua origem está associada ao saque dos piratas e a cidade fica sem meios de se auto-promover; segundo, pelo facto de estar ligada a Santa Iria indica-nos que a celebração religiosa teve desde o primeiro momento um cunho propagandístico na mentalidade e actuação das populações algarvias do século XVI.

Mais. Pensamos que Faro estava já indicada para suceder a Tavira no trato e desenvolvimento mercantil. Senão, basta determo-nos nas próprias condições naturais da geografia algarvia e nos acontecimentos que adviriam da União ibérica e concretizada com o abandono das praças «d'Além».

Quanto ao culto de Santa Iria na região do Algarve, existem várias conclusões pontuais: Primeiro, o culto de Santa Iria é reivindicado pelas populações do Centro e Norte do País; segundo, é bem possível que tenha existido uma deslocação do eixo do culto para o Algarve, mas funcionando como subsidiário do centro irradiador<sup>(24)</sup>; em terceiro lugar, cremos

---

(24) Santa Iria de Faro. Embora existindo uma imagem na Igreja da Misericórdia datada provavelmente do século XVIII (Pinheiro e Rosa, ob. cit., p. 51), não nos parece crível que o culto da Santa tenha emanado de Faro para outras regiões do país. Com efeito, quanto muito pode existir uma diferença entre a Santa Iria de Faro e outras Santas Irias espalhadas pelo país. Para o Padre Miguel de Oliveira em **Lenda e História — Estudos Hagiográficos**, União Gráfica, Lisboa, 1964, p. 33 existe uma diferenciação, por exemplo entre Santa Iria de Tomar e Santa Iria da região de Entre-os-Rios, pois refere que segundo a tradição local esta era tecedeira; foi martirizada, pelos godos, em meados do século V, no chamado Monte Mósinho e vivia no sítio a que legou o seu nome e ainda é conhecido por Monte de Santa Iria. Santa Iria terá tido o seu berço na região Norte do país e a Feira de Faro/Feira de Santa Iria terá tido a sua raiz hagiográfica no simples facto do dia da Santa (20 de Outubro).



que Tomar funcionou (e funciona) como a base material da existência do culto de Santa Iria, embora a implantação da sua Feira só se concretizasse em 1622, isto é, posteriormente à Feira de Faro/Feira de Santa Iria. Por último, pensamos que para um verdadeiro estudo do culto de Santa Iria e da sua Feira em Faro, teremos que compilar e analisar a documentação existente tanto em Faro como noutras localidades (porque não em Tomar?) porque somente agora é que o problema foi colocado. Nestas duas cidades a problemática está a ser estudada. Eis a razão porque intitulamos este estudo «A Feira de Faro/Feira de Santa Iria (Subsídios para a sua história)».

## ESTAMPAS

I — in Mariana Amélia Machado Santos, **A Mais Antiga Panorâmica de Faro. Qual é?** in Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1983.

II — in Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, (8-9) G. E. C. 1 de Março de 1985.

III — in Alberto Iria, **Novas Cartas régias afonsinas acerca dos descobrimentos e privilégios do infante D. Henrique**, Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, Tomo XVI, Lisboa, 1975.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barros, Henrique da Gama, «História da Administração Pública em Portugal nos sécs. XII e XV», 2.ª edição (dirigida por Torquato de Sousa Soares) tomo IV, Lisboa, Livraria Sá da Costa, Editora, 1947.

Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, Gabinete de Educação e Cultura, (8-9), 1 de Março de 1985.

Braudel, Fernand, El Mediterraneo ey el Mundo Mediterraneo en la época de Felipe II, 2 ts, México, 1953.

Iria, Joaquim Alberto, «O Algarve sob o domínio dos Filipes», in Memórias do Congresso do Mundo Português, vol. VI, t. II, Lisboa, 1940.

Iria, Joaquim Alberto, «Novas Cartas Régias Afonsinas acerca dos descobrimentos e privilégios do infante D. Henrique», in Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, t. XVI, Lisboa, 1975.

Leal, Augusto de Pinho, «Portugal Antigo e Moderno», Vol. VIII, Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, Lisboa, 1878.

Leão, Duarte Nunes de, «Descryção do Reino de Portugal», Lisboa, 1610.

Magalhães, Joaquim Romero, «Panorama Social e Económico do Algarve na época de D. Jerónimo Osório», in Anais do Município de Faro, N.º XI, 1981, Tipografia União, Faro, 1981.

Magalhães, Joaquim Antero Romero, «Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI», Edições Cosmos, Lisboa, 1970.

Marques, Mário Gomes, «Introdução à Numismática», Publicações D. Quixote, Lisboa, 1982.

Oliveira, P.º Miguel de, «Lenda e História — Estudos Hagiográficos», União Gráfica, Lisboa, 1964.

Pinheiro e Rosa, José António, «A Feira de Santa Iria Quase Quadricentenária», in Anais do Município de Faro, N.º X, 1980.

Santos, Mariana Amélia Machado, «A mais Antiga Panorâmica de Faro, Qual é?», in Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1983.

Santos, Mariana A. Machado, «As Muralhas de Faro e o significado da entrada de D. Afonso III na "Vila-Adentro"», in separata da Revista Bracara Augusta, Vol. XX - Fasc. 43-44 [55-56], Braga, 1966.

Serrão, Joaquim Veríssimo, «História de Portugal», Vol. II, Editorial Verbo, 3.ª edição (revista), 1980.

S. José, Frei João de, «Corografia do Reyno do Algarve», dividida em quatro livros... escrita no ano de 1577, Biblioteca Nacional, Lisboa, n.º 109 do Fundo Geral.

Vasconcelos, José Leite, «Etnografia Portuguesa», Vol. III, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980.

Viterbo, J. de Santa Rosa de, «Elucidário das Palavras. Termos e Frases, que em Portugal Antigamente se Usarão, e que Hoje Regularmente se Ignorão», Imp., Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1798-1799.



## Separatas de "O ALGARVE"

- «**Dossier Universidade do Algarve**»  
Dr. J. C. Vilhena Mesquita  
Abril / 1982  
(Autor)
  
- «**O Algarve através de «O Algarve» (1908 - 1926)**»  
Dr. Libertário Viegas  
Junho / 1982  
Editor: J. C. Lopes Martins
  
- «**Ossónoba — Provável Localização e Causas da sua Decadência**»  
— «**Faro — Origem e a sua Ascensão a Capital do Algarve**»  
Eng.º Joaquim Lopes Belchior  
Agosto / 1982  
(Autor)
  
- «**O Palácio de Estoi**»  
Dr. J. C. Vilhena Mesquita  
Novembro / 1982  
(Autor)
  
- «**Breves Notas Sobre a Confraria de Nossa Senhora da Vitória dos Mancebos Solteiros do Mar, de Faro, e seu «compromisso» de 1598**»  
Rogério Paulo Neves Domingues  
Novembro / 1982  
Editor: J. C. Lopes Martins
  
- «**Passeando por Faro em 1740**»  
Prof. José António Pinheiro e Rosa  
Outubro / 1984  
Editor: J. C. Lopes Martins
  
- «**A Feira de Olhão — Feira de S. Miguel**»  
(Subsídios para a sua história)  
José António de Jesus Martins  
Novembro / 1984  
Edição do autor
  
- «**A Feira de Faro — Feira de Santa Iria**»  
(Subsídios para a sua história)  
José António de Jesus Martins  
Outubro / 1985  
Edição do autor